
Fascismos, 100 anos depois

*Leandro Pereira Gonçalves**

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

*Toni Morant i Ariño***

<https://orcid.org/0000-0002-8507-0723>

Há 100 anos, milhares de milicianos fascistas marcharam até a capital italiana, Roma, e seu líder, Benito Mussolini, foi nomeado primeiro-ministro com o apoio de boa parte das elites políticas, econômicas e militares do país. Após outubro de 1922, e em apenas alguns anos, Mussolini havia proibido a existência de partidos políticos e de forças da oposição, construindo assim um novo tipo de ditadura. Era o triunfo do fascismo criando caminhos para uma nova política no século XX.

Publicar um dossiê em 2022, efeméride que marca a chegada ao poder do primeiro movimento fascista, é simbólico e emblemático, não apenas pela data histórica, mas também pelos acontecimentos do tempo presente: um ano que marca o fim do governo de Jair Bolsonaro no Brasil e que, ao mesmo tempo, inaugura o governo da primeira-ministra italiana Giorgia Meloni, da extrema direita. Em um momento como o atual, que acumula uma profunda sucessão de sérias crises que enfraqueceram significativamente o apoio à democracia em nossas sociedades, a análise

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador FAPEMIG (Universal). Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina a partir de elementos transnacionais e abordagens comparadas com a Península Ibérica, sobretudo no âmbito dos estudos das direitas, dos fascismos, do integralismo, do salazarismo e do franquismo. E-mail: leandro.goncalves@ufjf.br

** Doutor Internacional em História Contemporânea pela Universitat de València, onde atualmente é professor associado. Suas principais linhas de pesquisa giram em torno do fascismo entreguerras a partir de uma perspectiva transnacional e de gênero, assim como da construção simbólica da ditadura de Franco no espaço público e sua sobrevivência na atual democracia espanhola. É membro das equipes de pesquisa dos projetos PGC2018-099956-B-I00 (Ministério da Economia e Inovação espanhol) e PROMETEU2020-050 (Generalitat Valenciana). E-mail: toni.morant@uv.es

crítica do que aconteceu no mundo há um século pode fornecer reflexões para lidar com a crise da – o ataque generalizado à – democracia que estamos testemunhando atualmente.

Não em vão, a memória de um passado fascista é utilizada – de forma aberta ou com calculada ambiguidade – para legitimar governos e propostas antidemocráticas, com discursos e práticas autoritárias. Sob uma estrutura transnacional, ocorre uma circulação de ideias consolidando governos, como de Viktor Orbán na Hungria, além de projetos recentemente derrotados, mas que almejam o retorno, como da ala radical republicana nos EUA, encabeçada por Donald Trump. O mesmo acontece em outros países, como em Portugal através do Chega de André Ventura e na Espanha com o Vox, que conseguiu solidificar uma agenda que não acontecia desde a morte do ditador Franco. Existe uma rede transnacional da extrema direita que perpassa por grupos intelectuais de cunho radical e nacionalista, que busca manter viva a intolerância, fomentando organizações neofascistas. Um exemplo disso é o presidente do Vox, Santiago Abascal, que estabelece constantes diálogos com grupos antidemocráticos latino-americanos em busca da formação de uma aliança “anticomunista” na América Latina.

À primeira vista, pode parecer contraditório que movimentos ultranacionalistas em diferentes países se vejam como parte do mesmo processo de erosão e eventual destruição das democracias em diferentes regiões, mantenham relações fluidas entre si, organizem encontros conjuntos e até mesmo estabeleçam alianças com outros movimentos semelhantes além de suas próprias fronteiras estatais. No entanto, para quem conhece as dinâmicas transfronteiriças das direitas antiliberais no período entreguerras, esse fenômeno não é estranho nem novo.

Os primeiros anos da década de 20 do século XXI representam um momento-chave para a compreensão da gênese fascista. Reflexões históricas contribuem de forma central, inclusive para a verificação das convergências e divergências entre o fascismo clássico e os movimentos contemporâneos. A força dessa nova cultura política no século passado é indiscutível. Não por acaso, sua importância foi tanta que os vinte e cinco anos após a “Grande Guerra” foram definidos como “a Era do Fascismo”. Muitos se posicionaram a seu favor, outros – ainda que não sendo fascistas – o viram com bons olhos pelo que poderia contribuir para o desgaste crescente das democracias (ou como um freio a um “perigo vermelho” que não existia mais), e outros tomaram abertamente uma posição contra ele. O fascismo, portanto, era um fenômeno político tão predominante que, de uma forma ou de outra, obrigou todos a se definirem.

Por quase uma década, o regime de Mussolini foi o único regime fascista, sendo considerado a exceção italiana. No entanto, aquele que provavelmente constituiu a maior ameaça externa à democracia no século passado demonstrou desde o início uma notável capacidade de difusão. Precisamente porque havia demonstrado êxito na Itália quando se tratava de destruir,

primeiro as organizações de esquerda e, pouco tempo depois, o que restava do Estado liberal. Imediatamente, o fascismo não era mais considerado um fenômeno exclusivamente italiano, uma vez que era interpretado como um precedente que podia ser replicado além das fronteiras da Itália, um modelo a ser seguido, embora não necessariamente a ser copiado mimeticamente. Se os fascistas italianos conseguiram, por que não poderia acontecer da mesma forma em outros países?

Em muito pouco tempo – apenas três anos –, estiveram presentes grupos que se definiam como fascistas em 45 países, o que em uma era de impérios que controlavam vastas possessões coloniais era equivalente a quase o mundo todo.

O projeto fascista era apresentado como uma terceira via. Um modelo político contrário aos que eram identificados como os males da sociedade e da modernidade: comunismo e liberalismo, que eram classificados como faces da mesma moeda, herdeiros do período histórico que começou com a Revolução Francesa em 1789 e o “longo” século XIX, que deveria ser encerrado e substituído por uma nova era, um “novo tempo”.

Em 1933, a chegada ao poder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) rompeu com a exceção italiana, confirmou o caráter internacional do fascismo, desencadeou uma segunda onda de entusiasmo e a fundação de novos movimentos, não apenas na Europa (Grã-Bretanha, Noruega, Espanha...), mas também na China, no Japão, no mundo árabe e em vários países latino-americanos, como mostram várias das exportações deste dossiê.

Depois de uma década na qual a Itália havia constituído o único regime fascista, a ascensão meteórica e a subsequente chegada ao poder do NSDAP na Alemanha parecia confirmar o caráter internacional ou – como os fascistas preferiam dizer – “universal” do fascismo. Olhando para Roma e, de forma crescente, também para Berlim, os fascistas em muitos outros países começaram a abrigar esperanças renovadas. No início dos anos 1930, o que Sven Reichardt (2017, 6) chamou de o primeiro “momento global” do fascismo estava tomando forma, inaugurado com a invasão japonesa da Manchúria e marcado pelos efeitos do aparente colapso do sistema capitalista, com suas profundas repercussões políticas. Hegemônica apenas uma década antes, a democracia liberal já estava em plena crise.

O caso brasileiro é relevante. Com 90 anos de fundação, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, representou o principal movimento fascista extraeuropeu, sendo constantemente rememorado pelo atual e derrotado governo Bolsonaro, principalmente com o lema “Deus, pátria e família”, que mantém viva a mensagem antidemocrática de inspiração fascista, cada vez mais banalizada na sociedade contemporânea (Gonçalves, e Caldeira Neto 2022). A AIB é o exemplo cabal de que a era do fascismo não foi

apenas europeia, mas, sim, internacional, permeando os discursos e as práticas dos líderes carismáticos e dos movimentos políticos em todo o mundo (Gonçalves, e Grecco 2022).

Durante décadas, muitos historiadores defenderam a inexistência do fenômeno fascista fora da Europa. Para Stanley Payne (2014, 221), o fascismo foi um “fenômeno histórico limitado, principalmente, na Europa durante a era das duas guerras mundiais”. Nesse sentido, avançaram nos últimos anos os estudos sobre o fascismo em uma perspectiva comparada, transnacional ou cruzada, sobretudo a partir de intercâmbios acadêmicos, como a International Association for Comparative Fascist Studies (COMFAS) e a rede de investigação Direitas, História e Memória (DHM). Com esse avanço, o fascismo passou a ser analisado de forma mais crítica, especialmente com a utilização de novos conceitos e metodologias, como o fascismo genérico – extremamente difundido na academia anglo-saxônica por Roger Griffin (1991) –, que possibilitou a aplicação metodológica nas mais diferentes situações do tempo e do espaço.

Compreende-se, dessa forma, que a historiografia de hoje deve reconhecer o fascismo como um fenômeno transnacional e transatlântico. Isso porque as redes de relações econômicas, culturais, intelectuais e políticas, assim como as transferências de ideias entre países, foram profundas. Os fascistas compartilharam um senso de afinidade comunitária e ideológica, até mesmo de parentesco, que foi além das fronteiras nacionais (Morgan 2003; Bauerkämper 2007). No final de 1932, Mussolini havia chegado a pensar no fascismo como “revolução romana, mas universal”, e no décimo aniversário da Marcha em Roma ele previu que “dentro de uma década, a Europa será fascista ou fascistizada” (citado em Susmel e Susmel 1958, 147).

Apesar de seu caráter eminentemente ultranacionalista, os diferentes movimentos fascistas se sentiam parte de uma corrente supranacional baseada em uma relação política de parentesco ou afinidade. Eles estavam constantemente olhando uns para os outros e celebrando como seus os sucessos – reais ou fictícios – de seus congêneres em outros países. Em um período entreguerras caracterizado pela crise da democracia liberal e pela busca de novos modelos, os fascistas se estudavam e se visitavam, de olho em tudo, não apenas no “original italiano” e na nova variante alemã.

Os líderes fascistas de diferentes países se conheciam, estavam em contato e formavam uma rede fascista que se tornava cada vez mais densa. Além disso, em um período caracterizado por “viagens políticas” e “turismo ideológico” (Gehmacher, e Harvey 2011; Schwarz 1993), os ativistas fascistas viajaram para ver “o original italiano” com seus próprios olhos e estudá-lo em primeira mão, como se fossem peregrinos políticos à “pátria de seu movimento” (Woller 2011, 141; Schieder 1996). No início dos anos 1930, Roma não era mais apenas a capital da Itália, pois

havia se tornado o centro de uma “rede fascista” sempre mais densa e o indiscutível “centro gravitacional” do universo fascista (Woller 1999, 97; De Keizer 2008, 196; Bauerkämper 2007, 45).

As análises do fascismo são quase tão antigas quanto a cultura política que surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e, desde o início, também tinham uma perspectiva comparativa em mente. Embora interpretem o fascismo de posições e em tons muito diferentes, elas o identificam como um fenômeno internacional que não se limita às fronteiras de um único país.

Após o surgimento dos *fascist studies* nos anos 1960 e a subsequente incorporação de colaborações da história cultural, nas últimas duas décadas uma das contribuições mais marcantes veio da virada transnacional, que – sem ignorar ou tentar apagar a dimensão nacional – tornou possível que as análises mudassem seu foco de um nível estadual direcionado a regimes fascistas (basicamente, Itália e Alemanha) para os mais numerosos movimentos e suas inter-relações, sejam indiretas (como, por exemplo, transferências culturais) ou direta (por meio de correspondência, viagens e encontros). Além disso, embora essas ainda sejam contribuições específicas, essa mudança transnacional também tornou possível incluir as mulheres fascistas e seu papel nessas relações transfronteiriças no centro das atenções, um nível considerado até agora como um domínio exclusivamente masculino.

O objetivo principal desta edição da *Locus: Revista de História* é contribuir para a discussão sobre o fascismo como cultura política, pautado no aspecto transnacional. Abrindo o dossiê, Carlos Martins apresenta uma importante análise conceitual na busca do entendimento do fascismo. O artigo busca uma nova definição de fascismo, utilizando com base em Michael Freeden, uma abordagem conceitual morfológica para refletir sobre a natureza do fascismo, destacando o que é indicado como conceitos centrais: Nação, Estado, Síntese, Revolução, Autoridade e Violência.

Não há dúvidas de que o caso italiano representa um ponto de partida central na análise de qualquer reflexão sobre o fascismo. Não apenas pelo episódio que marca a efeméride, mas, principalmente, pela gênese do movimento nos anos 1910 e 1920. E em torno da clássica experiência, Danilo Breschi busca compreender o fenômeno com base em critérios solidificados na genealogia e fenomenologia, estabelecendo uma importante contribuição para a compreensão do fascismo.

Depois desses textos mais teóricos, Jakob Bennecke e Jörg-W. Link fornecem um primeiro estudo de caso, o da Alemanha, e apresentam uma visão geral da educação sob o nazismo. O texto analisa o impacto da ideologia nazista nas diretrizes e práticas educacionais de duas instituições centrais para o doutrinação da juventude alemã (a escola e a Juventude Hitlerista), reflete sobre suas ambiguidades e ambivalências e conclui delineando possíveis perspectivas para pesquisá-las a partir de um ponto de vista comparado e transnacional.

Em busca de reflexos da propaganda e política cultural nazista no Brasil, Liszt Vianna Neto estabelece uma análise sobre a Pro Arte, uma associação de artistas e difusores das artes alemãs no Brasil que passou a ser um espaço de difusão nazista, criando certas tensões e contradições envolvendo o Estado Novo de Getúlio Vargas a partir de relatórios do DOPS.

Nathaniël Kunkeler apresenta uma abordagem de um fascismo que, geralmente, é muito menos conhecido: o fascismo holandês. O estudo analisa as primeiras formações fascistas a emergir nos Países Baixos antes de focar a *Nationaal-Socialistische Beweging* e traçar seu desenvolvimento não apenas na metrópole europeia, mas também nas Índias Orientais Holandesas. Ao entrelaçar dimensões inter e transnacionais, o autor analisa as peculiaridades dos agrupamentos coloniais do fascismo holandês, a importância que tinham para o partido na metrópole e os atritos que surgiram entre eles.

Sem deixar o continente asiático, Chiao-In Chen nos apresenta os primórdios do fascismo chinês: a Sociedade para a Prática Rigorosa dos Três Princípios do Povo, mais conhecida como *Lixingshe*. No contexto do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, período marcado pela disputa entre nacionalistas chineses e comunistas, a ajuda soviética e a invasão japonesa da Manchúria, o texto discorre sobre a tensão progressiva entre as duas principais culturas políticas chinesas da época e como o nacionalista via a adaptação do fascismo europeu ao contexto chinês como a melhor maneira de transformar o país para lidar com a dupla ameaça interna e externa.

Alcançando as Américas, Alfredo Alpini traz uma relevante pesquisa sobre o surgimento de movimentações fascistas na política e cultura uruguaia, principalmente na circulação entre políticos, empresários e intelectuais que buscavam a defesa de um regime corporativista.

Em sua contribuição, Gabriela Grecco aborda o maior movimento fascista além dos limites da Europa: a Ação Integralista Brasileira (AIB). Após uma revisão do longo caminho que teve que ser percorrido para romper com a visão exclusivamente eurocêntrica de décadas de estudos sobre o fascismo, a autora apresenta as áreas mais salientes na construção e evolução da AIB: as influências modernistas sobre sua origem, seu desenvolvimento e estrutura organizacional, questões de gênero (participação feminina, mas também ideias de masculinidade), o papel da religião e a dimensão étnico-racial do integralismo, tanto em termos de afro-brasileiros e da população indígena quanto em termos de antissemitismo.

Gabbiana dos Reis e Vitória Machado propõem um olhar comparativo pioneiro sobre o fascismo brasileiro e peruano sob uma perspectiva de gênero. Para isso, elas se concentram nas mulheres da AIB e da *Unión Revolucionaria* na década de 1930. Os primeiros resultados das pesquisas destacam a vontade comum de participar do projeto político de seus respectivos partidos (destaca-se o papel da peruana Yolanda Coco), mas também as diferenças entre os dois fascismos, como,

por exemplo, a xenofobia anti-imigratória no Peru ou as concepções divergentes quando se trata de delimitar a participação das mulheres na política.

Em busca de uma análise comparada dos governos de Getúlio Vargas e de Francisco Franco, Eliane Venturini de Oliveira desenvolve uma reflexão em busca de convergências e divergências entre os dois modelos políticos, destacando as relações entre os países, principalmente no contexto da Guerra Civil Espanhola.

Zira Box concentra seu texto na análise da dimensão generalizada dos discursos do fascismo espanhol de longa duração. Para isso, ela escolhe os pontos de vista que Falange elaborou no período imediato pós-Guerra Civil, a fim de regenerar a nação espanhola, algo então percebido como essencial após o trauma causado em 1898 pela perda dos últimos territórios ultramarinos. Combinando as categorias de nação e gênero, sua análise mostra as conotações desses discursos regenerativos, que apresentaram a decadência nacional como efeminação e a contrastaram com a virilidade da Nova Espanha.

Fazendo uma análise biográfica de Zarco Moniz Ferreira, um líder neofascista do segundo pós-guerra, Riccardo Marchi e Tiago Pinto verificam a ligação entre o Estado Novo português e a extrema direita europeia. Os autores buscam analisar a mobilização radical em um contexto marcado pela queda do regime autoritário salazarista e da transição para a democracia.

Ainda no âmbito das chamadas “novas direitas”, Felipe Lazzari da Silveira e Augusto Jobim do Amaral apresentam uma importante problematização sobre a disseminação da propaganda fascista a partir de tecnologias na conjuntura neoliberal. Um estudo de importância para a compreensão dos algoritmos como ferramenta de difusão de políticas e discursos antidemocráticos.

Além dos artigos que compõem o núcleo principal, o dossiê também inclui quatro contribuições sob a forma de resenhas. Gabriela Santi Pacheco escreve sobre o livro *A América Latina na era do fascismo*, do historiador António Costa Pinto, que apresenta um amplo panorama acerca da circulação e das conexões entre ideias e práticas fascistas na América Latina. Borja Pérez apresenta o volume coletivo editado em 2020 por Johannes Dalfinger e Dieter Pohl sobre as redes transnacionais e os projetos futuros de diferentes movimentos nacionalistas sob a égide nazista em busca da “Nova Europa”, que deveria ter tomado forma após a vitória do Eixo na Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, Gerard Vallejo aborda o mesmo assunto, mas de uma perspectiva cultural, por meio do livro de Benjamin Martin sobre os conceitos nazistas e fascistas do que a cultura europeia deveria ter sido depois de seu triunfo. Para encerrar a seção de resenhas, José Antonio Abreu apresenta outro volume coletivo, editado por Miguel Ángel del Arco, mas nesse caso centrado na ditadura franquista e nos “anos da fome”, resultado de uma política que causou milhares de vítimas entre a população durante o longo período espanhol pós-Guerra Civil.

Finalmente, o dossiê é encerrado com uma entrevista com Ismael Saz, um dos principais especialistas da Espanha em fascismo e franquismo. Professor de História Contemporânea na Universidade de Valência, autor de *España contra España. Los nacionalismos franquistas* (Marcial Pons, 2003) e coeditor de *Reactionary Nationalists, Fascists and Dictatorships in the Twentieth Century* (Palgrave, 2019), repassamos com ele sua formação acadêmica entre o fim da ditadura franquista e a subsequente recuperação democrática na Espanha, as mudanças ocorridas na historiografia espanhola e na universidade espanhola nas últimas quatro décadas, conceitos como “fascistização” e “culturas políticas” que são centrais para sua extensa trajetória de pesquisa, mas também os debates sobre história e memória na Espanha, assim como a relação das direitas espanholas com o passado mais recente.

O dossiê busca apresentar a importância do fascismo histórico na sociedade das décadas de 1920 e 1930, mas também a permanência em movimentos de extrema direita após 1945, tanto nas décadas de 1960 e 1970 como em elementos contemporâneos. Uma das preocupações com o volume esteve na tentativa de abarcar uma diversidade geográfica dos casos apresentados, não apenas nos casos clássicos europeus, mas também na América Latina, Ásia e em regiões europeias com menos difusão historiográfica.

Esperamos que o volume contribua com o debate sobre o fascismo e permita trazer reflexões sobre a radicalização política antidemocrática, que insiste em assombrar a sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

- Bauerkämper, Arnd. “Ambiguities of transnationalism: Fascism in Europe between paneuropeanism and ultranationalism, 1919-39”. *German Historical Institute London Bulletin*, XXIX, 2 (2007): 43-67.
- De Keizer, Madelon. “Europa! Fascisme!”. *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 121, 2 (2008): 190-197.
- Gehmacher, Johanna, e Elizabeth Harvey. “Editorial: Reisen als politische Praxis”. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften*, 22, 1 (2011): 5-13.
- Gonçalves, Leandro Pereira, e Caldeira Neto, Odilon. *Fascism in Brazil: From Integralism to Bolsonaroism*. London; New York: Routledge, 2022.
- Gonçalves, Leandro Pereira, e Caldeira Neto, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- Gonçalves, Leandro Pereira, Grecco, Gabriela de Lima, org. *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza Editorial, 2022, p. 39.
- Griffin, Roger. *The nature of fascism*. London; New York: Routledge, 1991.
- Morgan, Philip. *Fascism in Europe, 1919-1945*. London; New York: Routledge, 2003.
-

Payne, Stanley G. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

Reichardt, Sven. “Globalgeschichte des Faschismus. Neue Forschungen und Perspektiven”. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 42-43 (2017): 10-16.

Schieder, Wolfgang. “Das italienische Experiment. Der Faschismus als Vorbild in der Krise der Weimarer Republik”. *Historische Zeitschrift*, 262, 1 (1996): 73-125.

Schwarz, Angela. *Die Reise ins Dritte Reich*. Göttingen e Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.

Susmel, Edoardo, e Duilio Susmel, ed. *Opera Omnia di Benito Mussolini. XXV. Dal dodicesimo anniversario della fondazione dei Fasci al Patto a Quattro (24 marzo 1931-7 giugno 1933)*. Firenze: La Fenice, 1958.

Woller, Hans. *Geschichte Italiens im 20. Jahrhundert*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 2011.

Woller, Hans. *Rom, 28. Oktober 1922: die faschistische Herausforderung*. München: DTV, 1999.